

## A FORMAÇÃO DOS FRANCISCANOS NO BRASIL-COLÓNIA À LUZ DOS TEXTOS LEGAIS

MARIA ADELINA AMORIM

*«Occupão-se muitos dos Religiosos nos estudos de Filosofia e Sagrada Theologia, de que ha em muitos Conventos Classes publicas, pois somente em a minha Santa Provincia ( no tempo em que foy Provincial o Padre Diffinidor Geral de toda a Ordem, Fr. Fernando de Santo Antonio) mandou abrir cinco cursos com tantos Cursistas em cada hum, que o do Convento do Rio de Janeiro constava de trinta e quatro, e havendo-se completado dous estudos, como seão obrigadas todas as Provincias, principalmente a das Indias, a instituir lentes e Mestres nos principais Conventos, que ensinem aos Religiosos a lingua da terra, para que possam servir as gentes, se occupão outros muitos neste exercício; porém nas do Brazil, ainda que nellas se não pratique semelhantes Escolas da lingua, ha bastantes Religiosos naturaes do mesmo Estado, que são peritissimos na lingua geral, e servem de tanta utilidade não só para as Aldeas da sua administração, mas para os mais que não sabem outra mais que a materna (...)»<sup>1</sup>.*

As ordens missionárias que actuaram no território brásílico, enquanto domínio de administração portuguesa, foram determinantes na formação da sua sociedade. O Brasil, pela posição geográfica que ocupa, pelos cruzamentos de raças e gentes que gerou, pelo fascínio da Natureza que apelava à

---

<sup>1</sup> Frei Apolinário da Conceição, *Claustro Franciscano erecto no domínio da coroa Portuguesa, e estabelecido sobre dezeseis venerabilissimas columnas. Expoem-se sua origem, e estado presente, a de seus conventos e mosteiros. annos de suas Fundações, numero de Hospicios, Prefeituras, Recolhimentos, Parochias, e Missoens, dos quaes se dá individual noticia, e do numero de seus Religiosos, Religiosas, Terceiros, e Terceiras, que vivem collegialmente, tanto em Portugal como em suas Conquistas*, Lisboa, Off. De António Isidoro da Fonseca, 1740.

criação de mitos como o do paraíso terreal ou o do El-Dourado, constituiu-se como palco privilegiado para uma experiência de relações humanas ímpar e peculiar.

Em todo esse processo sociológico e histórico intervieram elementos com referentes culturais tão diversos que se torna difícil distinguir a sua proveniência, de tal modo a simbiose, o sincretismo e o confronto inter-étnico moldaram a realidade brasileira. Entre os factores que mais marcaram a construção do Brasil, a acção missionária assume um papel de primeira grandeza pelo protagonismo dos seus membros, numa época em que o temporal e o espiritual eram esferas de fronteiras ténues, sobretudo no que concernia ao objectivo da evangelização de povos exteriores à *Orbis Christianus*.

De entre as ordens que exerceram o seu *munus* apostólico no Brasil destacam-se pela prioridade temporal, pela diáspora no território e pela acção realizada, os Frades Menores de São Francisco. A esse respeito testemunha Gilberto Freyre: «Não há novidade nenhuma em dizer-se da gente brasileira que uma das influências decisivas em sua formação vem sendo a da Igreja, nem que, dessa influência, a que aqui madrugou, para nunca mais deixar de fazer-se sentir sobre essa mesma gente, ora de modo mais intenso, ora com menor vibração, foi e é a franciscana»<sup>2</sup>.

É essa marca exercida na Cultura, quer sob a forma da instrução nas escolinhas das missões, quer nos seminários dos conventos, que urge avaliar. Como se processava a relação entre frades e índios nesse choque civilizacional produzido pela evangelização em povos com mentalidade e tradições tão diferentes? De que modo conseguiam comunicar e quais os mecanismos adoptados na estratégia catequética? Até que ponto as «doutrinas» ou aldeias em que foram fixados os índios naturais daquela que era considerada a América Portuguesa, funcionaram como focos de irradiação da cultura nova que se pretendia instalar? Quais os produtos da actividade literária dos Franciscanos e como se processava a publicação de livros? Que temáticas escolhiam os padres na elaboração dos seus manuscritos e sermões? Até que ponto a realidade geográfica e social em que se moviam influía nas suas opções e interesses? Como descreviam as civilizações índias em todas as suas componentes, ao longo das suas viagens, em documentos de incontestável valor etnológico? Como relatavam a Natureza daquele Novo-Mundo a uma Europa ávida de novidades?

A História do Brasil foi, indelevelmente, marcada pelo Franciscanismo. No âmbito da Cultura e da Educação, a obra que realizaram não tem sido suficientemente avaliada pela historiografia, em parte devido à pretensa ausência de fontes documentais. Neste aspecto, a inventariação sistemá-

---

<sup>2</sup> Gilberto Freyre, *A Propósito de Frades*, Salvador, Progresso, 1959, p. 15.

tica e posterior tratamento arquivístico da documentação existente contribuiriam de forma decisiva para o reequacionamento da temática.

A própria opção de regra que professavam e as dificuldades económicas sentidas obrigava-os a silenciar os seus feitos e as obras que produziam, o que dificulta a obtenção de testemunhos da sua actividade, tão proffícu, quanto esquecida. As dificuldades impostas à edição dos seus textos, quer fossem relatos de viagem, vocabulários e gramáticas das línguas autóctones ou da «língua geral», sermões, panegíricos e todo o tipo de literatura espiritual, levaram a que grande parte - se não a maior - da sua produção literária tenha ficado irremediavelmente perdida.

Desde a sua instalação em terras de Vera Cruz, os Franciscanos, a par das outras ordens religiosas, imprimiram uma dinâmica que, subtilmente, foi determinando os percursos culturais do território. Portadores de uma sólida formação, ainda no Reino, transportaram para o Brasil a mesma orientação, pelo que criaram nos conventos, seminários de rigoroso ensino para os colegiais. A complexa organização desses estudos foi motivo de constante legislação elaborada nos capítulos e congregações intermédias, o que permite a recuperação de um *corpus* documental importante para o entendimento da sua influência na cultura brasílica. Se a este acervo de textos legais se juntassem os inventários das bibliotecas conventuais que frequentavam obter-se-ia o perfil intelectual dos frades Franciscanos, inúmeras vezes tidos como pouco preparados, sobretudo, quando comparados aos Jesuítas.

Desde os primórdios da sua instalação definitiva em 1585 <sup>3</sup>, com a fundação do Convento de Nossa Senhora das Neves, em Olinda, o primeiro

---

<sup>3</sup> Apesar de terem sido os primeiros missionários a chegar ao Brasil na frota de Pedro Alvares Cabral em 1500 e mantido algumas missões esporádicas entre os índios, os Franciscanos só se fixam em termos sistemáticos em 1585. Recomenda-se como bibliografia geral para o estudo desta ordem naquele espaço territorial, para além da já citada obra de Frei Apolinário da Conceição, *Claustro Franciscano*, *op. cit.*, do mesmo autor, *Primazia Seráfica na Regiam da America, novo descobrimento de Santos, e Veneraveis Religiosos da Ordem Serafica, que ennobrecem o novo Mundo com suas virtudes, e acçoens*, Lisboa Occidental, 1733; Frei Basílio Rower, *A Ordem Franciscana no Brasil*, Petrópolis, 1947; Id., *Páginas da História Franciscana no Brasil*, 2.<sup>a</sup> ed., Petrópolis - Rio de Janeiro - São Paulo - Belo Horizonte, 1957; Id., *A Ordem dos Frades Menores*, Petrópolis, Vozes, 1953; Frei Dagoberto Romag, *História dos Franciscanos no Brasil, 1500-1659*, Curitiba, 1950; Frei Domingos a Sospitello Gubernatis, *Orbis Seraphicus, Historia de tribus ordinibus a Seraphico P.S. Francisco institutis deque eorum progressibus et honoribus per quatuor mundi partes*, Tom. V et VI, Roma - Quarachi, 1686 e 1836; Frei Francisco Gonzaga, *De Origine Seraphicae Religionis Franciscanae ejusque progressibus, de Regularis Observationiae institutione, forma administrationis ac legibus*,

da diáspora franciscana no Brasil, foi preocupação dominante da ordem prover os conventos de cursos para os coristas e sacerdotes, a fim de formar religiosos no próprio local. Segundo Frei António de Santa Maria Jaboatão na crónica da Província de Santo António do Brasil, intitulada *Orbe Seráfico Novo Brasilico*<sup>4</sup>, «era entrado o anno de 1586, e os Religiosos tambem em novos cuidados, porque era forçoso receber a Ordem alguns noviços, tanto para o ministério da Casa, como para dar satisfação aos desejos do povo, e não havia ainda domicilio particular para esse effeito. Tambem se devia fabricar na cerca huma casa sufficiente, na qual se criassem dentro os filhos dos Indios convertidos, como em Seminario, para que, bem instruidos primeiro nos rudimentos da Santa Sé, fossem depois Pregadores de seus mesmos naturaes»<sup>5</sup>.

Escolas de primeiras letras mantidas «fora da portaria» para o ensino da doutrina aos índios e estudos dentro do convento para os candidatos ao sacerdócio foram duas linhas de pensamento presentes desde o momento da fixação. Este estudo visa apenas o segundo aspecto do ensino franciscano no Brasil-Colónia que se apresenta como um todo coerente ao longo das centúrias da permanência seráfica naquele território. Frei Bernardino das Neves, natural de Olinda, foi o primeiro a professar no Convento de Nossa Senhora das Neves, em 1588, sendo, então, apenas necessária uma conduta considerada virtuosa e uma idade conveniente. Com o tempo, esses atributos não bastavam, o que levou à consignação de normas específicas que regulavam a formação dos noviços. Textos legais, sob a forma de estatutos, ordenações e actas capitulares serviram de pano de fundo à regulamentação dos estudos, no que concernia às condições necessárias ao seu acesso, conteúdos

---

*admirabilique ejus propagatione. Opus in quatuor partes divisum*, Roma, 1587; Frei Lucas Waddingus, *Annales Minorum seu trium ordinum a S. Francisco institutorum*, 2.<sup>a</sup> ed., per J.M. Fonseca ab Evora/Romae, Tip. Bernabo e Lazzarini, 1731-1745; Marcelino da Civezza, *Storia universale delle Missioni Francescani*, Roma - Prato - Florença, 1857-1895, 10 vols.; Frei Samuel Tetteroo, *A Ordem dos Frades Menores no Brasil*, São João del Rey, 1924.

<sup>4</sup> Frei António de Santa Maria Jaboatão (1695-1779), *Orbe Seráfico Novo Brasilico, descoberto, estabelecido, e cultivado a influxos da nova Luz da Italia, Estrella brilhante de Hespanha, lusido Sol de Pádua, Astro Major do Céu de Francisco, o Thaumaturgo Portuguez Sto. Antonio, a quem vai consagrado, como Theatro glorioso, e Parte Primeira da Chronica dos Frades Menores da Mais Estreita, e Regular Observancia da Provincia do Brasil*, Lisboa, 1761. Posteriormente reeditada com a segunda parte ainda inédita com o título, *Novo Orbe Seraphico Brasilico, ou Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil*, Rio de Janeiro, Tipografia Brasiliense de Maximiliano Gomes Ribeiro, 1858-1862; Id., 3.<sup>a</sup> ed., Recife, Assembleia Legislativa, 1979.

<sup>5</sup> Id., *ibid.*, pp. 89-90.

programáticos, métodos e avaliações, assim como carga horária, sanções e tempo de férias, entre outros aspectos. O Curso de Artes, denominação corrente para os cursos de Filosofia, foi criado em 1596, abrindo-se aos «operários e cultivadores da vinha do Senhor», conforme comenta Jaboatão <sup>6</sup>, o cronista oficial da Ordem no Brasil.

No espaço brasílico actuaram quatro ramos de Franciscanos que se organizaram, após anos de desenvolvimento, na Província de Santo António do Brasil, Província da Imaculada Conceição do Brasil, Comissariado da Província de Santo António de Portugal no Maranhão e Pará e Comissariado da Província da Piedade de Portugal no Maranhão e Pará, as duas primeiras relativas ao Estado do Brasil e as duas últimas ao Estado do Grão Pará e Maranhão <sup>7</sup>.

Para cada uma das estruturas criadas é possível compulsar um número de estatutos e textos afins passível de constituir um *corpus* coerente, tendo em vista que abarca documentos desde 1596 até ao final do século XVIII, o que não significa a sua inventariação completa, mas o rastreio feito até ao presente. Nos estudos precursores de Frei Fernando Félix Lopes, O.F.M., *Para a História dos Franciscanos Portugueses no Brasil- Fontes Narrativas e Legais e Fundos Documentais Portugueses* <sup>8</sup> arrolam-se vários títulos, a que se acrescentam outros conducentes à recuperação de um fundo documental imprescindível para o estudo da história franciscana no Brasil <sup>9</sup>:

1. *Estas são as ordenações que se fizeram pera o Brasil neste Capitulo celebrado em a Casa de Nossa Senhora do Loreto, presidindo o nosso Reverendissimo P.e Geral Fr. Boaventura de Calategerone e o P.e Ministro da Provincia e P.es della e Irmão Fr. Jorge de Sanctiago, Fr. Pedro da Piedade, fr. Dioguo dos Anjos, e os Irmãos difinidores Fr. Diougo da Conceição, Fr. Ama-*

---

<sup>6</sup> Id., *ibid.*, p. 225.

<sup>7</sup> Para não sobrecarregar de notas o presente estudo veja-se, por exemplo, de Maria Adelina Amorim, *Missão e Cultura dos Franciscanos no Estado do Grão-Pará e Maranhão (Século XVII) - Ao Serviço de Deus, de Sua Majestade e Bem das Almas*, Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1998.

<sup>8</sup> In *Santo António (Revista Semestral - Órgão da Província de Santo António do Brasil)*, Recife, anos 19-22, 1965, n.º 3, pp. 44-59 reeditado na *Colectânea de Estudos de História e Literatura do P. Frei Fernando Félix Lopes, O.F.M. (1902-1990)*, int. de P. Frei Henrique Pinto Rema, O.F.M., Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1997.

<sup>9</sup> Optou-se pela sua inclusão no corpo do texto uma vez que são o próprio objecto de estudo e constituem um *corpus* e não um apoio bibliográfico.

*dor do Porto, Fr. Gaspar da Carnota, Fr. Francisco dos Martires, a 17 de Julho de 1596, com o Irmão Fr. André de Lixboa custodio pera o Capitulo Geral, Lisboa, I.A.N.T.T., Conventos do Grão Pará e Maranhão, Maço único, n.º 42* <sup>10</sup>.

2. *Estes são os apontamentos que de commum consentimento de todos os quatro Irmãos consultores frej Antonio Boaventura, frej Francisco dos Sanctos, frej Antonio da Insoa, frej Antonio da Ilha, prezente o Irmão frej Leonardo de Jesu custódio que hora he, o Irmão frej Antonio da Estrella que acabou, se ordenarão nesta Junta que se fez na nossa Casa de Nossa Senhora das Neves em 27 de Outubro pella festa de Sam Simão e Judas (em 1606), de que todos requererão se fizesse assento, assj pera se guardarem, como pera que se mande o treslado delles à Provincia e fiquem em forma de Satutos, Lisboa, I.A.N.T.T., Conventos do Grão Pará e Maranhão, maço único, n.º 26.*

3. *Actas do Capitulo Provincial realizado em Lisboa [Convento de Santo António?] aos 21 de Julho de 1607, Lisboa, I.A.N.T.T., Convento de Santo António de Lisboa..*

4. *Apontamentos pera o Brasil, decretados na Mesa Definitorial deste nosso Capitulo de Santo Antonio de Lixboa pella festa de Santo Antonio no anno de mil seiscentos e des (Estatutos pera o Brasil feito no Capitolo de Fr. Gaspar da Carnota a 14 de Junho de 1610), Lisboa, I.A.N.T.T., Conventos do Grão-Pará e Maranhão, maço 18, n.º 16.*

5. *Estes são os Estatutos que se ordenarão, e encomendarão em o nosso Capitulo Custodial celebrado em Setembro de seiscentos e dezasete e nesta Casa de Nossa Senhora das Neves de Olinda, presidindo o Irmão Fr. Paulo [de S. Catarina], Lisboa, I.A.N.T.T., Conventos do Grão-Pará e Maranhão, maço único, n.º 43.*

6. *Estes são os Estatutos que se fizerão no nosso Capitulo celebrado nesta Caza de Nossa Senhora das Neves a dezoito de Outubro de seiscentos e vinte, em que presidiu o Irmão Frery Manuel de Cristo, Lisboa, I.A.N.T.T., Conventos do Grão-Pará e Maranhão, maço único, sem número.*

---

<sup>10</sup> Antigo maço n.º 18 do Convento de Santo António dos Capuchos do mesmo arquivo.

7. «Actas Capitulares da Provincia Franciscana de Santo António do Brasil (1649-1893)», *Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 286, int. e notas de Fr. Venâncio Willeke, Rio de Janeiro, 1970.

8. *Estatutos da Provincia de Santo Antonio do Brasi confirmados, auctoritate apostolica, em virtude do motu proprio do Senhor Papa Innocencio X concedido ao Reverendissimo Padre Ministro Geral, Frey Joseph Ximenes Samaniego e mais Breves aceytos nesta Provincia para guarda, estabelidade, e firmeza, destes estatutos, Tirados de Varios Estatutos da Ordem, acrescentando nelles o mais util, e necessario a esta nossa Provincia; feytos e ordenados, neste Capitulo, que se celebrou nesta Casa de Nossa Senhora das Neves da Cidade de Marim no anno de 1681, Lisboa, por António Craesbeeck de Mello, 1683.*

9. *Estatutos da Provincia de Santo Antonio do Brasil tirados de varios Estatutos da Ordem, acrescentando nelles o mais util e necessario à reforma desta nossa provincia, feytos, ordenados e aceytos no Capitulo, que se celebrou na casa de N. P. S. Francisco da Cidade da Bahia aos 14 de Fevereiro de 1705 em q' foy eleyto Ministro Provincial o Irmão Prégador, Ex Custodio Frey Cosme do Espirito Santo, filho desta Provincia, e outra vez aceytos em o seguinte capitulo, que se celebrou em o convento de Santo Antonio de Segeripe do Conde aos 3 de Janeyro de 1708 em que foy eleyto Ministro Provincial o Irmão Prégador Frey Estevam de Santa Maria, filho da mesma Provincia, (...) dados à Estampa Pelo Irmão Fr. Gonzalo de Santa Isabel, Leitor de Theologia, Custodio actual, e Procurador da mesma Provincia, Visitador, e Presidente do Capitulo, que se celebrou na Provincia de São Antonio dos Capuchos de Portugal, Lisboa, Off. de Manoel & Joseph Lopes, 1709.*

10. *Estatutos da Provincia de Sancto Antonio do Brasil, tirados de varios Estatutos da Ordem, accrescentando nelles o mais util, e necessario à reforma desta Provincia, Lisboa, 1717.*

11. *Estatutos municipaes da Provincia da Immaculada Conceição do Brasil, tirados de varios Estatutos da Ordem, accrescentando nelles o mais util, e necessario à reforma desta nossa Provincia; feytos, ordenados, e aceytos no Capitulo, que se celebrou no Convento de Santo Antonio do Rio de Janeyro aos sete dias do mez de Abril de mil setecentos e dez, em que foy eleyto Ministro Provincial o Irmão Confessor, e ex-Diffinidor Fr. Seraphim*



*de S. Rosa, filho desta Provincia; outra vez aceytos em o segundo Capitulo, que se celebrou no mesmo convento de Santo Antonio do Rio de Janeyro aos vinte e cinco do mez de Março, dia da Annunciação de Maria Santissima Senhora Nossa, era de mil e setecentos e treze, em que foy eleyto Ministro Provincial segunda vez o irmão Prêgador, e ex-Custodio Fr. Miguel de São Francisco, filho da mesma Provincia: conferidos, e approvados pelo Reverendissimo Padre Fr. Alonso de Biezma Ministro Geral de toda a Ordem; dados à estampa pelo Irmão Prêgador Fr. Antonio das Chagas, Procurador Geral da dita Provincia, e della filho, Lisboa Ocidental, Off. de José Lopes Ferreira, 1717.*

12. *Estatutos da Provincia da Piedade primeyra Capucha de toda a Ordem de Nosso Serafico Padre S. Francisco da mais Estreyta, e Regular Observancia, reformados e recopilados de suas Ordenaçoes e Estatutos antigos, reduzidos e accrescentados por compromisso do Capitulo, que se celebrou no convento de Nossa Senhora da Piedade de Villa Viçosa em 5 de Mayo do anno de 1752, em que foy eleyto Ministro Provincial o Irmão Fr. Francisco de Castelo de Vide, ex-Leitor de Theologia, e Qualificador do Santo Officio, Lisboa Occidental, 1729.*

13. *Estatutos da Provincia de S. Antonio dos Capuchos do reyno de Portugal, feitos em virtude de hum Breve do Senhor P. Urbano VIII concedido à mesma Provincia, por ordem do Capitulo Provincial celebrado em o convento de S. Antonio da Castanheyra aos 22 de Agosto de 1733 em que foy eleyto em Ministro Provincial o Ir. Fr. Manoel do Sacramento, pregador, e approvados em Capitulo Provincial celebrado em o convento de S. Antonio da Castanheyra aos 29 de Setembro de 1736 em que foy eleyto em Ministro Provincial o Ir. Fr. Valerio do Sacramento, ex-Leitor da Theologia, Qualificador do S. Officio, ex-Definidor, Lisboa Occidental, 1737.*

14. *Proposta sobre o Estatuto novo para decidir o Definitorio e Discretorio sobre o Governo do Maranhão, 1740, Lisboa, I.A.N.T.T., Conventos do Grão-Pará e Maranhão, maço único, nº 30.*

15. *Estatutos para os Estudos da Provincia de N. Sra. Da Conceição do Rio de Janeiro Ordenados Segundo as Disposições dos Estatutos da Nova Universidade, Lisboa, na Regia Officina Typografica, 1776.*



16. *Alvará de Confirmação para o Plano dos Estatutos, ordenado para os Estudos dos Religiosos Menores da Província de Nossa Senhora da Conceição do Rio de Janeiro, contemplado no Alvará de Confirmação (...), Nossa Senhora da Ajuda a 11 de Outubro de 1776.*

Em Lisboa, o capítulo provincial dos Franciscanos de 21 de Julho de 1607 ordenava que houvesse curso e estudos de Artes e Teologia na Custódia do Brasil, a funcionar na Casa de Nossa Senhora das Neves em Olinda, Pernambuco, «por haver mais comodo para isso, nem poderem os argumentos e exercicios do estudo distrair mas antes edificar aos noviços que nela há». Advertia-se o custódio que na escolha dos estudantes para o noviciado, seguisse as normas em vigor na Província de Santo António de Portugal, no Reino <sup>11</sup>. Os estudantes podiam ser enviados para o colégio franciscano de Coimbra, onde funcionava um Curso de Artes e outro de Teologia, a fim de completarem a sua formação, não sendo permitida a entrada a «filhos da terra» que fossem menores de vinte e dois anos, sem o consentimento da Província. Apesar de ser omissa na classificação destes naturais do Brasil depreende-se que fossem filhos de moradores brancos, uma vez que as *Inquirições de genere, vita e moribus* eram muito rígidas quanto ao acesso dos candidatos a noviços que deveriam fazer a prova de sangue, em relação às raças «infectas». Todos os estatutos saídos das determinações capitulares eram claros quanto a esse ponto, que tanto se applicava ao Reino como às províncias ultramarinas, inicialmente a judeus e mouros, depois a cristãos novos e, posteriormente, a qualquer «gentio» (no que se incluíam negros, índios ou mestiços de qualquer espécie). Na reunião capitular realizada no Convento de Santo António de Lisboa no ano de 1645 dizia-se no capítulo dedicado às «Qualidades de Noviços»: «seja de boa geração, convem a saber, que não seja descendente de Judeus, nem Mouros convertidos, nem de Hereges, por remotos que sejam, nem de gentios modernos». Conforme os decretos apostólicos que regulavam o acesso às ordens religiosas, declarava-se que os descendentes até ao quarto grau das linhagens em epígrafe estavam proibidos de aceder ao noviciado («são inábeis para receber nosso hábito e professarem nossa religião»).

Simultaneamente à pureza de raça, verificava-se o grau de conhecimento do latim, condição imprescindível ao acesso ao curso. Nas actas do capítulo em estudo (1645) ordenava-se que se mandassem «examinar de

---

<sup>11</sup> De 1585, data da instalação definitiva dos Franciscanos com a fundação da Custódia de Santo António de Brasil, até 1657 quando se criou a Província de Santo António do Brasil havia uma dependência relativamente à província portuguesa.

latim», sendo escolhidos por votos, aqueles que «mais adiantados se acharem na virtude, religião e latinidade». Nos *Estatutos da Província de Santo António do Brasil* de 1683 <sup>12</sup> ainda se repetiam as mesmas condições, quase de forma inalterável: determinava-se que o religioso «que ouiver de hir ao tal estudo, seja digno, & capaz de subir ao pulpito, por idade, vertude, limpeza, & sufficiencia de latinidade».

Abertos os cursos no Convento de Nossa Senhora das Neves em Olinda, seguiram-se os dos conventos de Santo António do Rio de Janeiro, São Paulo, Ilha do Bom Jesus, Guanabara, Recife e Paraíba. Segundo o *Orbe Seráfico Novo Brasílico* <sup>13</sup> existiam, no tempo de Jaboatão, quarenta cursos inteiros de Filosofia e Teologia de que foram mestres, missionários com os estudos feitos na colónia, com excepção do primeiro curso em Olinda que foi feito com religiosos da Província de Santo António de Portugal e o segundo, iniciado com um mestre da custódia, foi continuado por outro ido do Reino.

Os conventos constituíam, na altura, centros de cultura ímpares, revelando-se a cada passo o empenhamento dos Definidores em melhorar a qualidade de ensino ministrado aos seus membros. Este aspecto é nítido ao fazer-se a análise das «Actas Capitulares da Província Franciscana de Santo António do Brasil (1649-1893)» <sup>14</sup>. Séries sucessivas de normas saídas dos congressos capitulares, realizados a cada triénio, e das congregações intermédias, entre dois capítulos, determinavam a formação dos religiosos, com capítulos específicos subordinados aos deveres dos noviços e colegiais. Segundo Frei Venâncio Willeke, historiador franciscano dos antoninos brasileiros, aquelas regras serviram de orientação a cerca de dois mil missionários daquela província que exerceram o seu sacerdócio nos catorze conventos e vinte e cinco missões que, entretanto, criaram <sup>15</sup>.

A 26 de Agosto de 1657, no Convento da Baía, o capítulo presidido, pelo visitador geral Frei Pantaleão Baptista indicava que «houvesse sempre continuo estudo de Filosofia e Theologia de forma que acabado um curso de Filosofia se de principio a outro» <sup>16</sup>. O curso deveria decorrer ou no Convento da Baía, ou no do Rio de Janeiro ou, ainda, no de Pernambuco, o que sugere, que naquele tempo, ainda não havia cursos simultâneos nos vários

---

<sup>12</sup> Veja-se no texto o documento n.º 8.

<sup>13</sup> Frei António de Santa Maria Jaboatão, *op. cit.*.

<sup>14</sup> Consulte-se documento n.º 7.

<sup>15</sup> «Actas Capitulares da Província Franciscana de Santo António do Brasil (1649-1893)», *Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 286, Rio de Janeiro, 1970. Tenha-se em vista que a referida província é apenas um dos quatro grupos de Franciscanos que actuaram no Brasil.

<sup>16</sup> Id., *ibid.*

conventos, verificando-se, posteriormente, que os estudantes podiam iniciar os estudos em uma das casas conventuais e terminá-los em outra diferente.

Os estatutos de 1683 estabeleciam como prerrogativa para frequentar os cursos que os colegiais tivessem pelo menos seis anos de hábito. Seriam examinados anualmente por dois letrados da província, «e se acharem que algum não dá sufficiente conta do que se lhes ensinou, não será admitido a ouvir theologia, e será lançado fora do curso(...). Continuarão os Estudantes tres annos de Artes, e dous de Theologia com duas lições cada dia; o qual tempo acabado serão outra vez examinados por dous Religiosos Letrados da Província; e dos que melhor souberem (segundo parecer dos ditos Examinadores, dado por escrito) se escolherá o Lente para o Curso futuro por votos da mesa da Diffinição»<sup>17</sup>.

No capítulo intitulado «Da Ordem Escolástica», constituído por dezoito artigos, definia-se o esquema a seguir pelos colegiais durante o tempo de estudo e período de férias. Conciliavam-se as horas do ofício divino e cerimónias litúrgicas com o horário escolar, de modo a que não faltassem a qualquer das obrigações em proveito das outras. Estabelecia-se a carga horária e o modo como repartiam o tempo para as várias tarefas ligadas ao culto e ao estudo, com se pode avaliar, por exemplo, pelo seguinte ponto: «os estudantes que forem a Matinas estudarão a prima noite até as nove horas, e depois de Matinas ate as trez; E os que não forem a Matinas estudarão a prima noite até as dez horas, e depois da meya noite, estudarão das tres horas, ate as scinco, tendo todos enquanto estudão as portas abertas; E os que forão ao Coro espertarão às tres horas aos que não foram a elle para que estudem».

A quarta-feira era o dia de descanso semanal para as actividades escolares e as férias dividiam-se em dois períodos distintos, iniciando-se, o primeiro, nas vésperas do dia dedicado à Expectação da Senhora até ao dia de Jesus inclusive, e o segundo, desde o sábado da Paixão até à Festa do Corpo de Cristo, fazendo-se coincidir o ano escolar com as datas litúrgicas.

Aos estudantes era vedada a possibilidade de se ausentarem durante os dias de aula, e ao guardião não era permitido enviá-los a tratar de algum assunto, sob pena de privação do seu ofício. Em caso de urgência teriam de ter o parecer de dois discretos, mas nunca, em tempo de lição. Nos chamados dias de «soeto», em que não tinham aulas, poder-se-iam ausentar, dois a

---

<sup>17</sup> No capítulo provincial realizado no Convento da Baía aos 11 de Fevereiro de 1702, presidido pelo Visitador Frei Miguel das Neves, atribuía-se como castigo aos que não tivessem aproveitamento nos cursos conforme fossem sacerdotes ou coristas, o serviço nas sacristias ou nas cozinhas, respectivamente. Cf. «Actas Capitulares...», *op. cit.*

dois, acompanhados de religiosos velhos, mas somente dois de manhã e dois à tarde. Podiam sair, também, para assistir a alguma pregação especial ou a conclusões fora do convento, desde que autorizados pelo guardião.

As aulas do período da manhã tinham início às sete horas depois de assistirem à missa e terminavam às nove, e no período da tarde começavam às duas, terminando às quatro horas.

Relativamente às conclusões apresentadas os estatutos obrigavam a que não se processassem dentro da igreja e não se armasse a cadeira do arguente com ouro ou seda, nem se desse merenda aos que viessem de fora defender. O guardião devia assistir a todas as conclusões, «para que veja o que cada hum dos estudantes aproveita, como para atalhar as demasiadas porfias, que de ordinario ha, e fazer sinal quando parecer para que se acabe».

Os estudantes estavam proibidos de falar com pessoas de fora enquanto durassem as aulas, do mesmo modo que se impedia o acesso de pessoas estranhas à classe, excepto se fosse «religioso grave» ou homem de letras, o que a acontecer obrigava a que os alunos estivessem «muy compostos e callados». Para se recrearem poderiam ir à horta e, nem aí, tinham permissão para falar sózinhos com pessoas seculares. Durante o dia, fora do tempo de silêncio, eram autorizados a entrar nas celas uns dos outros por motivos de estudo, para «conferir as suas apostilhas e duvidas», mantendo sempre a porta aberta e de modo a não incomodarem os outros. «E em cella de seu Mestre da mesma sorte, e a toda a hora de dia e de noite lhe poderão preguntar da porta, o que lhe for necessario, sem entrar, dentro, dos tempos prohibidos».

Para renunciarem aos estudos iniciados deveriam esperar pelo Provincial e só em junta do Definitório se poderia autorizar o seu pedido, devendo permanecer nas classes enquanto a decisão não fosse exarada na reunião mencionada. No entanto, esta decisão dos cursistas fazia-os incorrer em sanções como o de não lhes ser permitido tomar o hábito, mesmo depois de cumprido o tempo previsto estatutariamente. Sendo sacerdotes não alcançariam o lugar de confessores de frades antes de dezassete anos de hábito e para serem confessores dos seculares teriam que esperar vinte e dois anos depois de professarem. Eram penas pesadas que pretendiam ser dissuasoras da desistência dos cursos por parte dos que «maliciosamente» o pretendiam fazer.

Finalmente recomendava-se aos guardiães dos colégios que observassem as disposições dos estatutos sobre a matéria dos estudos e que zelassem para que entre os estudantes não houvesse motivos para queixas e que assistissem prontamente a todas as suas necessidades físicas e espirituais.

Os estatutos incluíam sempre cláusulas relativas às livrarias dos conventos, à sua conservação, registo e inventário, condições de utilização, compra e outras formas de aquisição e, sobretudo, às penas impostas a quem os danificasse ou roubasse: «e o guardião terá cuydado de mandar concertar

os livros, para que não se percam, e se for negligente neste particular, será castigado pelo Ministro. O qual terá muyto cuydado de prover todas as livrarias da Província dos livros necesarios principalmente de moral, e predicativos», socorrendo-se dos livros que ficavam dos frades defuntos e de legados e doações de seculares, podendo o guardião responsável pela livraria, com autorização do provincial, adquirir-los por compra. Caso perdesse algum exemplar incorria na sanção de perca de voz activa e passiva durante um ano, se fosse um livro notável, mas se se tratasse de uma obra de Prédica, de História ou de Moral seria castigado com duas disciplinas e irradiado de qualquer livraria conventual.

A 31 de Dezembro de 1707 no capítulo provincial realizado no Convento da Vila de São Francisco estipulava-se que «o Religiozo que o Irmão Ministro puzer por Mestre de Grammatica de Estudantes seculares assistindo tres annos no sobredito exercicio se lhe levará em conta de uma Presidencia»<sup>18</sup>. Venâncio Willeke defende que se devia tratar de mestres de Gramática que ensinavam aos aspirantes à ordem, ao passo que, no período de 1729 a 1758, existiam também escolas de Gramática anexas aos conventos que ministravam a disciplina, gratuitamente, a seculares. A recomendação para a existência de mestre de Gramática vem expressa nos *Estatutos da Província de Santo António do Brasil* de 1709<sup>19</sup>, que ordenam que no Convento de Santo António da Paraíba houvesse esse estudo — fundamento de todas as ciências, obrigatório para os alunos que fossem frequentar o Curso de Filosofia.

Seguem-se as cláusulas relativas ao mestre daquela disciplina, equiparadas às dos lentes de Filosofia, nomeadamente, a precedência nos lugares e a subida de cargo eclesiástico, caso os seus alunos obtivessem aproveitamento na cadeira. Estabelece-se o horário escolar dos colegiais do Convento da Paraíba que, iniciavam as aulas às sete horas da manhã e terminavam as actividades quando se tangessem as matinas à uma hora depois da meia noite para que pudessem dormir.

«O Irmão Guardião terá cuydado de cõprar, todos os livros classicos que forem necesarios para os estudantes, e de lhe dar todo o mais necessario de papel, tinta, e tinteyros para fazerem themas, e sentidos, como tambem candeas, e azeite para estudarem de noyte», o que fariam com as portas abertas, cabendo ao mestre e Guardião do convento a vigilância dos estudos e os castigos que podiam chegar ao açoitamento. Nos mesmos estatutos se ordenou que houvesse estudos de Filosofia e de Teologia no Convento de São Francisco da Baía e de Nossa Senhora das Neves em Pernambuco.

---

<sup>18</sup> «Actas ...», *op. cit.*

<sup>19</sup> Veja-se documento n.º 9.

Os referidos estatutos regulavam as condições a que os lentes de Filosofia tinham de obedecer, nomeadamente, o modo como deviam ser avaliados e eleitos entre os mestres e religiosos mais idóneos de toda a província, em sessão especial realizada na casa capitular. «No dia do exame na presença do Irmão Ministro, e seu Diffinitorio argumentarão os Mestres, e passante que houver, aos que se oppuzerem à cadeyra; e feyto o exame, será eleyto Mestre, e Lente de Filosofia dos oppositores o mais sciente, a qual eleyção será feyta pelos Mestres de Theologia, que lhe argumentaram, e se acharam presentes ao exame, por votos de cédulas fechadas, como em qualquer outra eleyção, e o que levar a mayor parte, será o Lente, a quem o Irmão Ministro dará a patente».

O lente de Filosofia tinha a obrigação de defender conclusões públicas de dois em dois meses, não sendo admitido a ler Teologia quem não o fizesse. O curso teria a duração de três anos e como base o ensino da doutrina de Escoto (João Duns Escoto, o «Doutor Subtil», 1266-1308), e nenhum lente a ela se poderia opôr publicamente, quer de forma oral ou por escrito («se algum lente se oppuzer *ex professo in voce*, ou por escritto à doutrina de Escoto seja *ipso facto* privado da leytura»).

Quanto ao lente de Teologia, para além de ser eleito pelo Presidente em Definitório teria que ter lido três anos de Filosofia, com «utilidade» dos discípulos. Para o mesmo curso de Filosofia elegiam-se dois mestres, um, para ler especulativos de prima e outro, moral, de véspera. Ao longo do curso defender-se-iam conclusões públicas três vezes por ano.

No referido texto legal de 1709, ordenava-se aos guardiães que no termo da sua guardiania de um ano e meio mandasse buscar a Portugal seis tomos de livros para prover as livrarias dos conventos do Brasil, começando pelos expositores da Sagrada Escritura, os de Moral e os de Prédica. «O Guardiã do Convento da Cidade da Bahia, e o da Cidade de Olinda, dos livros que mandarem buscar, serão também alguns classicos de Filosofia, e Theologia especulativa, para que os mestres destas duas cazas de estudo tenham livros necessarios das faculdades que ensinarem». Inclusivamente, indicava-se ao guardião que mandasse buscar algum livro novo de que se tivesse notícia, e que fosse útil nas livrarias, advertindo que incorria na pena de excomunhão maior, segundo os decretos papais de Pio V e Sixto V, quem furtasse ou alienasse qualquer obra da livraria, o que revela a importância do livro na formação do clero franciscano no Brasil, assim como na sua prática evangélica, nomeadamente na arte da pregação.

Os *Estatutos Municipaes da Provincia da Immaculada Conceyção do Brasil* de 1717<sup>20</sup>, repetem com maior ou menor desenvolvimento os aspectos estudados anteriormente, sobretudo ao longo dos seguintes capítulos:

---

<sup>20</sup> Confira-se o documento n.º 10.

II. Da qualidade dos noviços; III. Das casas em que há-de haver noviços e dos moradores dellas; IV. Do mestre dos noviços; V. Da criação dos noviços; VI. Dos votos dos noviços; VIII. Do exame e profissão dos noviços; XIII. Das casas em que há-de haver estudantes; XIV. Dos colegiais; XX. Da ordem escolástica; XIX. Dos autores de livros; XX. Dos lentes de Artes e Teologia.

Sobre o conteúdo programático do curso de Filosofia refere: « Dictará a seus Discipulos os dittos Lentes de Artes, e Theologia em os seus Cursos a Doutrina do nosso Subtilissimo Escoto; e a seguirám sempre conforme a interpretação vulgar dos escotistas, defendendo suas opiniões com toda a compostura, e modestia Religiosa, e declarando o melhor, que lhes for possível, o seu sentido, como sempre se usou em a nossa Sagrada Religiam».

As ordenações estatutárias que serviam de texto regulador das actividades franciscanas no Brasil, apesar de evidenciarem um fundo de permanência com variações muito lentas, permitem, em alguns casos, saber-se do seu incumprimento. Nas actas do capítulo realizado no Convento da Baía em 3 de Dezembro de 1746 <sup>21</sup> mencionava-se, por exemplo, que para evitar a negligência, falta de consciência e descuido de alguns lentes, que não deram aulas durante dias, meses e até anos, eram-lhes retirados todos os privilégios consignados na lei, até provarem perante o Definitório e o Discretório, que durante o tempo da sua leitoria não foram remissos às aulas.

Com a reforma dos estudos da Universidade de Coimbra em 1772, que se seguiu à instituição da Real Mesa Censória em 1768 e à criação da Junta da Providência Literária em 1770, o ensino sofre uma profunda modificação, tanto no plano laico como religioso. Assim, logo em 1776 fazem-se para o Brasil os *Estatutos para os Estudos da Provincia de N. Sra. da Conceição do Rio de Janeiro, Ordenados Segundo as Disposições dos Estatutos da Nova Universidade* <sup>22</sup> que relevam desse espírito de mudança consignado na reforma de Coimbra («quando nos for possível imitaremos aos Regios, e nunca assás louvados Estatutos da Universidade»). Assim, ordenou-se que passasse a haver na província oito cadeiras: três para os Estudos Menores, que são a Retórica, o Grego e o Hebraico, e cinco para os Estudos Maiores, a saber, Filosofia, História Eclesiástica, Teologia Dogmática, Teologia Moral e Teologia Exegética.

Determinava-se que fossem escolhidos pelo Provincial e Definitório dois conventos da província onde se leccionasse a cadeira de Retórica em simultâneo com a de língua grega e hebraica, introduzindo-se métodos de avaliação semelhantes aos da Universidade de Coimbra. Estabeleceu-se que, em todos os conventos onde houvesse Curso de Teologia, passasse a ser

---

<sup>21</sup> Veja-se documento n.º 7.

<sup>22</sup> Documento n.º 15.



leccionada uma cadeira de História Eclesiástica para seguir «as sábias determinações daquelles, que com tanto cuidado procuram o adiantamento das letras». Quanto aos candidatos ao noviciado na ordem dava-se preferência aos que dominassem a Retórica, a língua grega e hebraica e o canto gregoriano.

Quanto ao tempo lectivo introduziu-se uma mudança significativa ao adaptar-se o calendário escolar às condições climatéricas específicas do Brasil. Assim «atendendo ao clima da América em que se acham os conventos da nossa Província» determinava-se que os estudos abrissem no dia três de Fevereiro ou seguinte, se fosse domingo, até ao Dia de Ramos às dez horas da manhã. Principiavam de novo depois do domingo *in albis* e durariam até ao último dia de Outubro, também às dez da manhã. Durante o mês de Novembro decorriam os exames, findos os quais os estudantes teriam dois meses de férias em qualquer dos conventos da ordem.

Radicalmente antagónica passou a ser a relação do colegial com o mestre, advertindo-se que o silêncio pitagórico dos estudantes que confiavam cegamente na autoridade dos mestres, não indagando os fundamentos da sua doutrina, impedia o progresso nas letras. Por tal facto recomendavam-se os exercícios literários que melhor preparavam o aluno para a interpelação ao seu mestre.

Este plano de estatutos da Província da Conceição no Brasil foi sujeito à aprovação do próprio Marquês de Pombal que o ratificou através do *Alvará de Confirmação Para o Plano dos Estatutos, ordenado para os Estudos dos Religiosos Menores da Provincia de Nossa Senhora da Conceição do Rio de Janeiro...*, Lisboa, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda a 11 de Outubro de 1776<sup>23</sup>.

Na congregação que se celebrou na Baía em 21 de Maio de 1785 recomendava-se que o Definitório introduzisse o cantochão gregoriano nos conventos da praça (Salvador, Olinda e Recife) e se fosse estendendo o seu uso a todos as casas onde houvesse religiosos instruídos.

Em Setecentos foram vários os factores que influíram no normal andamento dos estudos, desde a supressão das aulas pelo governo pombalino em 1759 até à reforma dos estudos. Segundo um depoimento de Maria do Carmo Miranda, «em 1776, os estudos superiores no Convento do Rio de Janeiro abrangiam como estudantes, não só clérigos franciscanos, mas também seminaristas do clero secular, e leigos que acorriam ao curso franciscano deixando vazias as aulas régias. Constituíam tais estudos franciscanos um curso público superior de matérias literárias, filosóficas e

---

<sup>23</sup> Documento n.º 16.

teológicas, o primeiro do género», com uma organização semelhante a uma universidade <sup>24</sup>.

No entanto a situação iria alterar-se, até aos finais do século XVIII prenunciando uma certa decadência. Na congregação realizada na Baía a 3 de Maio de 1795 determinava-se a abertura de novo curso no Convento de São Francisco para suprir a extrema «indigência, em que se acha a mesma Província, pela falta de Mestres e Pregadores, que nos administrem cadeiras como nos pulpitos». Fazia-se referência no documento à inexistência na província de aula de Gramática «como antigamente houve no nosso Convento da Paraíba», recomendando-se que se produzissem breviários e outros livros clássicos e se retomassem as aulas de gramática.

A análise profunda de cada um dos aspectos mencionados levará a uma maior compreensão do modo como os Franciscanos se preparavam, do ponto de vista da formação cultural, no Brasil. Os textos legais produzidos permitem ter uma apreensão dos complexos mecanismos envolvidos neste processo, a que falta o apoio de outras fontes documentais que revelem a aplicação prática destas determinações estatutárias, as suas dificuldades, oscilações e permanências. No entanto, a riqueza das informações contidas nestes textos legais não deixa de constituir um contributo representativo para o estudo da acção cultural dos Franciscanos no Brasil, que se iniciava dentro dos muros do convento com a sua formação.

---

<sup>24</sup> Maria do Carmo Tavares Miranda, *Os Franciscanos e a Formação do Brasil*, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1969, pp. 207-208.